

## Tópicos de Ação Cultural

### **REFLEXÕES ACERCA DA DISCIPLINA TEORIAS DA AÇÃO CULTURAL**

*Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira*

A área de Ação Cultural é parte integrante do curso de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da USP desde os anos de 1970. Se naquele momento a percepção de que a cultura era eixo fundamental para a formação de profissionais aptos a atuar de maneira crítica em um amplo leque de ocupações, no contexto atual, marcado pelo desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação e pelo complexo processo de globalização<sup>1</sup>, a resposta aos novos desafios e a ampliação dos espaços de atuação dos profissionais da informação, consolidaram a percepção de que informação e cultura são eixos inextricáveis.

Nesta perspectiva, a disciplina Teorias da Ação Cultural, objetiva a compreensão dos vetores apropriados de reflexão, no contexto contemporâneo, a partir da ótica da cultura, sublinhando novamente sua inseparabilidade da informação e da comunicação (a produção de sentido sendo considerada parte substancial da informação, determina que sua compreensão se dê em relação à cultura e à comunicação). Mais do que isso, tal reflexão objetiva a atuação dos profissionais da informação em diferentes contextos visando o desenvolvimento humano, desafio fundamental para a consolidação democrática, na vertente do pensamento de Amartya Sen, cuja visão de desenvolvimento rompe as fronteiras da economia ao conceituá-lo como a expansão das liberdades reais

de que as pessoas desfrutam para escolher o tipo de vida que desejam levar, reconhecendo assim a centralidade da cultura para sua consubstanciação. A cultura é a esfera que dá sentido à sociedade, e na qual ela se produz e reproduz simbolicamente (uma definição proposta por Raymond Williams para a cultura, termo polissêmico, é a de que são processos sociais de significação).

A disciplina pretende levar os alunos a pensar criticamente a questão da cultura, a entender qual o papel da cultura e da informação na sociedade atual e a importância das políticas culturais no contexto contemporâneo. A perspectiva adotada é a de que a reflexão seja feita em contexto, a fim de que os alunos compreendam os conceitos dentro da dinâmica atual, na relação entre teoria e práticas concretas. A visita a dispositivos culturais é parte fundamental da disciplina, bem como a experiência em um circuito cultural da cidade. A disciplina visa proporcionar o estudo dos sistemas de produção cultural em geral e na sociedade brasileira em particular, o que na atualidade é inseparável das novas tecnologias de informação e comunicação; a compreensão do papel do Estado e da atuação da sociedade civil diante da cultura e o entendimento dessa relação no contexto atual; a compreensão dos conceitos e modalidades da ação cultural compatíveis com a realidade brasileira, dentro do contexto global.

Os temas das aulas abarcam tópicos importantes do debate contemporâneo no campo da cultura e da informação, fundamentais para a formação de profissionais que atuem a partir da compreensão da complexidade do mundo em que vivemos. De maneira específica:

- sociedade e cultura em tempos globais;
- identidades culturais e diversidade cultural;
- direitos culturais;
- políticas culturais no Brasil;

- política cultural comparada, buscando compreender experiências de outros países;
- financiamento da cultura, com ênfase nos mecanismos de isenção fiscal;
- sistema de produção cultural e suas mutações com as novas tecnologias, assim como a discussão sobre propriedade intelectual e as licenças de copyright e copyleft;
- consumo cultural, práticas culturais e públicos da cultura, outro tópico em mutação com as novas formas de produção, circulação e apropriação da informação e da cultura;
- biblioteca sob a perspectiva da política cultural;
- biblioteca, centros de cultura e ação cultural;
- cultura e cidade.

O contexto contemporâneo pode ser estudado a partir de diferentes abordagens. No caso da disciplina, nossa abordagem centra-se nas dimensões culturais do processo de globalização, sobretudo a partir da ideia de que a intensificação das interdependências geradas nesse processo – segmentado e desigual – exige, de maneira crescente, a disposição de conviver com a diferença, o que determina o desenvolvimento de competências interculturais, sem o que o aumento dos conflitos advindos desses contatos, muitas vezes insuperáveis, torna difícil a convivência cotidiana<sup>2</sup>. O que temos visto é como suportamos mal tanta proximidade. Paradoxalmente, a ativação da ação local vem como resposta à percepção da dimensão global da existência, determinando que as reflexões se façam a partir do binômio local-global.

Um autor referencial para a disciplina é o antropólogo e filósofo Néstor García Canclini. Em seu livro *A globalização imaginada* ele destaca como muitas das perguntas que inauguram o século XXI referem-se à melhoria na convivência com os outros, e se é possível não apenas admitir as diferenças, mas valorizá-las sem cair em discriminações, perguntas

chave para o momento em que vivemos e fundamental para as discussões propostas na disciplina, sobretudo para refletir sobre qual a ação cultural possível para tal contexto.

Os mapas culturais que até o século XX ancoravam-se fortemente no estado nacional, marcando as relações que cada indivíduo estabelecia com os demais, transformaram-se, não correspondendo mais às fronteiras geográficas, trazendo novas dinâmicas às identidades culturais. Toda identidade é uma construção simbólica que se faz em relação a um referente (étnico, nacional, de gênero etc.), e a multiplicação de referentes tem trazido nova dinâmica às identidades culturais, não mais ancoradas à noção de território ou ao que Amartya Sen denomina identidades proprietárias, a saber, Estado, gênero, etnia, cultura; as identidades são crescentemente dinâmicas e subjetivas<sup>3</sup>. A identidade cultural, segundo Stuart Hall, é hoje uma celebração móvel em decorrência da multiplicação dos sistemas de significação e representação cultural: vivemos uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis e passíveis de identificação. Em ritmo acelerado as culturas se deslocam, se inter-cambiam, transformam-se, e o aparecimento das “margens no centro” – ou seja – o aumento da presença de indivíduos considerados periféricos nos espaços centrais (de uma cidade, de uma nação, mesmo no espaço virtual), evidenciam a relatividade das certezas de pertencimento, ancoradas em espaços territoriais, como afirmam autores como Marc Augès e Arjun Appadurai, também discutidos na disciplina.

A globalização é, portanto, o contexto amplo a partir do qual a disciplina vai se desdobrando. Compreendida como uma nova configuração histórico-social, na vertente do pensamento do sociólogo Octavio Ianni, a globalização marca uma nova percepção global da existência em que não apenas as sociedades nacionais, mas todos os indivíduos são atingidos em seus modos de vida, em suas relações, e a assi-

metria dos fluxos torna-se evidente. O desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação acelera as transformações (têm papel facilitador e não determinante).

Passamos de um mundo multicultural, no qual etnias ou grupos se justapunham, a um mundo intercultural globalizado, em que as relações e os intercâmbios, as confrontações e os entrelaçamentos são a tônica, segundo expõe García Canclini. Em tal contexto, a gestão da diversidade cultural passa a ser um dos nossos grandes desafios. O reconhecimento e a convivência com etnicidades, religiões, línguas, gêneros e valores diversos é característica incontornável da paisagem do século XXI.

A diversidade cultural foi catapultada a questão chave na atualidade, constituindo-se como reação ao processo de globalização. Várias concepções de mundo disputam espaço, assimetricamente. A diversidade cultural emergiu como eixo determinante da política internacional, da política nacional e do desenvolvimento, como mostram as declarações, convenções e tratados nacionais e internacionais sobre o tema. O que está em pauta é como garantir e proteger a diversidade cultural entendida atualmente como patrimônio da humanidade e sob risco de homogeneização no processo de globalização. Se a diversidade cultural era vista anteriormente como entrave ao desenvolvimento, sendo as diferenças reconhecidas como fruto de diferentes estágios civilizatórios, o que exigia a mediação dos países considerados desenvolvidos para que os países não desenvolvidos entrassem no trilho do desenvolvimento – o que justificou guerras, genocídios e anexações –, hoje a diversidade cultural é considerada recurso para ele. Nesta discussão dois pontos devem ser salientados, o que é feito recorrentemente ao longo da disciplina. O primeiro, que a cultura é dinâmica, processual, e não um conjunto cristalizado de valores e práticas, perspectiva fundamental para compreender e atuar no campo da cultura e da informação.

O que deve ser sustentado, portanto, não é um dado estado da diversidade – como Claude Lévi-Strauss defendeu em relatório à Unesco, que deu origem à sua obra *Raça e História* – o que significa que a proteção da diversidade cultural não visa a manutenção do *status quo*, mas às condições que garantam a continuidade de seu desenvolvimento, a preservação e a ampliação das condições que a viabilizam. O segundo ponto salientado é que o discurso da diversidade cultural não pode ocultar as desigualdades, o que significa que a gestão da diversidade cultural deve ter como meta o incremento crescente desta diversidade simultaneamente à diminuição das desigualdades. Como definir políticas, programas e ações nesta perspectiva é discussão de máxima importância.

Ressalte-se novamente o necessário desenvolvimento de competências interculturais, no sentido de não congelar os indivíduos em suas diferenças, mas estimular trocas, intercâmbios, germinações coletivas, o que é recorrentemente discutido ao longo da disciplina. A ação cultural deve estar fortemente ancorada nessa discussão.

Dois outros tópicos da disciplina abrem-se a partir da discussão acima – Direitos Culturais e Liberdade Cultural – que abordaremos a seguir.

No que se refere aos Direitos Culturais, a abordagem proposta pela disciplina desdobra-se a partir da discussão sobre a diversidade cultural como decorrência do processo de globalização, especificamente na discussão dos limites da defesa dessa diversidade e da liberdade cultural em contraposição aos direitos humanos. Os direitos culturais ganham força na medida em que o respeito a eles permite a criação de ambientes favoráveis à garantia da diversidade cultural, na perspectiva da dignidade humana. Isso significa que nem toda diversidade cultural é benéfica e deve ser sustentada, como o faz o relativismo cultural. O direito individual de não fazer alguma coisa em cultura deve prevalecer sobre uma constru-

ção moral coletiva, como sustenta Patrice Meyer-Bisch, filósofo suíço e membro do grupo internacional que formulou a Declaração de Friburgo, documento redigido para a Unesco sobre os direitos culturais. Ainda segundo ele, todos os indivíduos têm o direito de contribuir para a criação da cultura, inclusive por meio da contestação das normas e valores que prevalecem na comunidade a que escolhem pertencer e a outras, o que significa que os direitos reconhecem em primeiro lugar a esfera individual e que a cultura é compreendida como construção dinâmica e não como algo cristalizado a que se pertence sem questionamento. O que se deve garantir é a preservação do direito individual e não de uma determinada cultura. O reconhecimento de que todos os indivíduos têm o direito a participar da vida cultural – da sua vida cultural assim como das demais – é parte determinante da consolidação democrática, possibilitando que diferentes sentidos que sujeitos e grupos produzem possam circular e competir de maneira igualitária na arena pública. A ação cultural compatível com tal perspectiva é a que suscita condições reflexivas, críticas e sensíveis para que seja pensado o que põe obstáculos ao reconhecimento da diversidade e à garantia dos direitos culturais. É a que enseja a constante busca pela ampliação de espaços na arena pública, que advém da multiplicidade de desejos, matéria prima dos direitos, base da democracia. A citação abaixo destaca aspectos importantes para o desenho de políticas, programas e ações culturais, o que é relevante para a formação de profissionais que atuarão em diferentes campos da cultura e da informação:

O acesso aos conhecimentos e às expressões culturais (aos saberes e às obras) não deve ser considerado como um bem secundário, que vem depois dos bens de primeira necessidade (...). As artes, como as ciências, são, certamente, fins em si mesmas, mas elas também têm uma utilidade social essencial: elas produzem sentido, elas suscitam perguntas sobre o homem e o mundo, elas são fonte de criati-

vidade e de satisfação. Por essa razão, mesmo em situações de extrema pobreza, não seria justo nem coerente reduzir o núcleo intangível dos direitos culturais à alfabetização e a outros saberes supostamente ‘elementares’ (MEYER-BISCH, 2014, p.80).

Mais do que proporcionar genericamente o acesso aos conhecimentos e às expressões culturais, mais do que dar a ver uma multiplicidade de manifestações a fim de ampliar repertórios, o desafio de uma ação cultural democrática é a ampliação do diálogo entre múltiplas formas de conhecimentos, saberes e expressões artísticas e culturais. Um dos pressupostos dos direitos culturais é a ‘igual dignidade das culturas’, numa perspectiva crítica.

Retomando a perspectiva de desenvolvimento humano proposta por Amartya Sen como o processo de alargamento das escolhas à disposição das pessoas de maneira a que sejam e façam o que valorizam na vida, a expansão das liberdades culturais torna-se objetivo fundamental do desenvolvimento humano – o que ressalta o vínculo entre cultura e desenvolvimento. Relacionando liberdade cultural e diversidade cultural, Amartya Sen<sup>4</sup> defende a ideia de que o foco na liberdade determina que o significado da diversidade cultural é contingente e não incondicional, ou seja, o mérito da diversidade depende de como é provocada e sustentada, variando segundo suas conexões causais com a liberdade humana, na sua relação positiva. A liberdade cultural tem a ver, portanto, com a expansão das escolhas individuais e não com submissão cega à tradição, já que a cultura é constantemente recriada a partir dos questionamento, adaptações e redefinições dos valores e práticas decorrentes das transformações das realidades e do intercâmbio de ideias. Outro ponto importante é que a liberdade individual é comprometimento social, fruto do trabalho coletivo (amplia a experiência coletiva), garantindo que as escolhas individuais sejam sustentadas na arena

pública. Sen é enfático ao afirmar que a liberdade cultural não aparece espontaneamente (assim como a saúde, a educação, a igualdade entre os sexos), mas sua promoção deve ser parte central das políticas, o que significa o reconhecimento das diferenças culturais em constituições, leis e instituições. Significa, da mesma forma, a remoção de entraves à liberdade como são a pobreza, a negação da participação política, social e cultural.

A partir dessas colocações, como pensar uma ação cultural – conceituada por Teixeira Coelho<sup>5</sup> como a que propicia o máximo de meios para que cada um invente seus próprios fins no universo da cultura – apropriada para a complexidade do contexto em que vivemos, desafiados como estamos a consolidar os valores democráticos constantemente ameaçados pela desigualdade, pelas diferenças, pelas xenofobias e pelos radicalismos de toda ordem?

Alguns pontos destacados, discutidos ao longo da disciplina, relacionam a ação cultural a uma política cultural que contemple a multiplicidade de sujeitos e seus desejos, o que se inscreve na discussão sobre a diversidade e a liberdade cultural. A ação cultural é um processo aberto ao devir, transformador, calcado no potencial de cada pessoa, o que significa o recurso aos diferentes modos de criação, expressão e inteligência do mundo. Ainda segundo Teixeira Coelho, é uma operação sociocultural apoiada na ideia de transformação, de provocação das consciências para que se apossessem de si mesmas e criem as condições que possibilitem uma outra vida, derivada do enfrentamento direto, das contradições e antagonismos, das tensões surgidas da prática social concreta.

Sob tal ótica, o desenho de políticas culturais democráticas, que possibilite uma ação cultural que amplie a esfera de compreensão, de criação e de ação dos indivíduos, é a que cria condições de possibilidades, abrindo canais, habilitan-

do-os, de maneira a dar vazão à multiplicidade de manifestações, aos múltiplos desejos, aos jogos de experimentação, à formação nas diferentes linguagens artísticas, estimulando interações e intercâmbios que permitam que os sujeitos inventem seus próprios fins no universo da cultura.

Abordamos alguns tópicos desenvolvidos ao longo da disciplina Teorias da Ação Cultural, sobretudo os que permitem a compreensão dos vetores apropriados para se refletir sobre o contexto contemporâneo a partir da ótica da cultura, vetores a partir dos quais outros tópicos se desdobram.

---

#### NOTAS:

- 1Na vertente do pensamento de Octavio Ianni, compreendemos a globalização como a concretização do novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial, abrangendo a totalidade do globo de maneira complexa e contraditória.
- 2Escrevo este texto no dia em que Paris sofreu o brutal atentado à sede do Charlie Hebdo, 8 de janeiro de 2015, o que demonstra que a intensificação dos intercâmbios, com o acirramento das desigualdades, tem gerado conflitos crescentes e a evidenciação de que convivemos muito mal com as diferenças.
- 3Note-se: “A globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais, mais diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas” (HALL, 2006, p.87).
- 4As reflexões sobre liberdade cultural aqui desenvolvidas, utilizaram livremente dois trabalhos de Amartya Sen: o livro *Identidad y Violencia: la ilusión del destino* e a introdução ao Relatório do Desenvolvimento Humano – PNUD 2004 – *Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*.
- 5Teixeira Coelho, responsável pela disciplina que ora ministro até 2006, publicou em 1989 o livro *O que é ação cultural?* referência para a área.

## Referências

- CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad**. Barcelona: Gedisa, 2009.
- CANCLINI, N. G. (org). **Conflictos interculturales**. Barcelona: Gedisa, 2011.
- COELHO NETTO, J. T. **A cultura e seu contrário**. São Paulo: Itaú Cultural/ Iluminuras, 2008.
- COELHO NETTO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COELHO NETTO, J. T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1989.
- DE CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.
- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006
- IANNI, O. **Enigmas da modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MEYER-BISCH, P. et al. **Afirmar os direitos culturais**. São Paulo: Itaú Cultural/Iluminuras, 2014.
- OLIVEIRA, L. M. B. de. **Corpos indisciplinados: ação cultural em tempos de biopolítica**. São Paulo: Beca, 2007.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2004: **Liberdade cultural num mundo diversificado**. Lisboa: ONU, 2004. Acessível em <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso em 09/01/2015.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, A. **Identidad y Violencia: la ilusión del destino**. Buenos Aires: Katz, 2008, 2ª reimpressão.
- WILLIAMS, R. **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007.